

SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023



SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do resultado do exercício para o exercício findo

QUADRO 3 – Demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo

QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos

QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG - 2024/064

Aos **Acionistas e Administradores do** Supermercado Bahamas S/A. Juiz de Fora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Supermercado Bahamas S/A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Supermercado Bahamas S/A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **Supermercado Bahamas S/A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2024.



Gilberto Galinkin

500 5081

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1



QUADRO 1
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em R\$ mil)

ATIVO	NOTA	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.191	34.874
Títulos e valores mobiliários	6	16.562	7.891
Cartões a receber	7	233.877	169.112
Contas a receber	8	34.780	32.861
Impostos a recuperar	9	8.679	1.836
Estoques	10	492.313	439.195
Adiantamentos diversos	11	7.329	5.030
Total do ativo circulante		863.731	690.799
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	22	7.050	6.863
Ativos fiscais diferidos líquidos	12	6.728	1.652
Impostos a recuperar	9	-	8.065
Ativos de direito de uso	13	772.275	476.498
Investimentos		304	295
Imobilizado, líquido	14	352.351	338.512
Intangível, líquido	15	8.341	7.511
Total do ativo não circulante		1.147.049	839.396
Total do ativo		2.010.780	1.530.195

QUADRO 2
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em R\$ mil)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2023	2022
Passivo circulante			_
Empréstimos e financiamentos	16	76.661	81.666
Fornecedores	17	435.845	370.431
Impostos e contribuições a recolher	18	8.114	8.733
Parcelamentos fiscais	19	4.845	4.757
Obrigações sociais e trabalhistas	20	41.627	34.156
Passivos de arrendamento	13	42.264	68.122
Operações de debêntures	21	48.173	48.172
Dividendos a pagar		13.336	5.746
Outras contas a pagar	_	5.977	11.588
Total do passivo circulante		676.842	633.372
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	258.937	185.786
Passivos de arrendamento	13	731.730	416.293
Operações de debêntures	21	33.835	78.929
Provisões para riscos	22	9.642	3.179
Parcelamentos fiscais	19	5.313	9.770
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	79.000	-
Total do passivo não circulante		1.118.457	693.957
Patrimônio líquido	24		
Capital social		100.000	100.000
Reserva legal		16.422	14.028
Reserva de Lucros		99.059	88.838
Total do patrimônio líquido	-	215.481	202.866
Total de naccive e natrimânie l'avide	-	2 040 790	4 520 405
Total do passivo e patrimônio líquido	=	2.010.780	1.530.195

QUADRO 3
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em R\$ mil)

	NOTA	2023	2022
Receita operacional líquida	25	3.796.944	3.553.174
Custo do produto vendido	26	(2.969.474)	(2.793.971)
Lucro Operacional Bruto		827.471	759.203
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas trabalhistas	27	(353.182)	(314.053)
Despesas comerciais e operacionais	27	(211.714)	(182.882)
Outras despesas operacionais	27	(70.393)	(75.378)
Despesas administrativas	27	(32.740)	(30.868)
Despesas tributárias	27	(9.375)	(8.331)
Outras receitas operacionais	27	35.638	2.837
Lucro operacional antes do resultado financeiro		185.705	150.528
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		15.507	18.444
Despesas financeiras		(143.589)	(113.103)
	28	(128.082)	(94.659)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		57.623	55.869
Imposto de renda e contribuição social - correntes	29	(14.825)	(14.941)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	29	5.076	(560)
Lucro Líquido do Exercício	,	47.875	40.368

QUADRO 4

SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em R\$ mil)

	2023	2022
Resultado do exercício	47.875	40.368
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	47.875	40.368

QUADRO 5

SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(em R\$ mil)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	100.000	12.010	117,325	1	229.335
Resultado líquido do exercício	•			40.368	40.368
Constituição reserva legal	•	2.018	•	(2.018)	•
Juros sob capital próprio	ı	1	1	(13.219)	(13.219)
Distribuição aos sócios	•	1	(53.618)	ı	(53.618)
Constituição reserva de lucros	ı	•	•	ı	•
Saldo em 31/12/2022	100.000	14.028	63.707	25.131	202.866
Resultado líquido do exercício	•			47.875	47.875
Constituição reserva legal	•	2.394	1	(2.394)	•
Juros sob capital próprio	•	1	1	(14.302)	(14.302)
Distribuição aos sócios	ı	1	(20.958)	ı	(20.958)
Constituição reserva de lucros	ı	•	56.310	(56.310)	•
Saldo em 31/12/2023	100.000	16.422	69.059	•	215,481

SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em R\$ mil)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	47.875	40.368
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	124.763	125.059
Baixa de ativo imobilizado	2.487	1.301
Baixas direito de uso/arrendamentos	(21.103)	-
Juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	62.992	41.456
Provisão para riscos	6.461	-
Perda com recebíveis	(627)	_
Tributos diferido	(5.076)	559
Variações nos ativos		
(Aumento) Redução em cartões a receber diversos	(64.765)	(14.816)
(Aumento) Redução contas a receber diversos	(1.292)	(8.351)
(Aumento) Redução impostos a recuperar	1.222	2.006
(Aumento) Redução adiantamentos diversos	(2.300)	(959)
(Aumento) Redução estoques	(53.118)	(81.606)
(Aumento) Redução depósitos judiciais	(187)	(270)
Variações nos passivos		
Aumento (Redução) em fornecedores	65.414	48.926
Aumento (Redução) em impostos e contribuições a recolher	(619)	(543)
Aumento (Redução) em obrigações socias e contribuições	7.471	694
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(5.611)	2.436
Juros pagos em empréstimos, financiamentos, debentures e arrendamentos	(57.228)	(44.144)
Juros pagos nas operações de arrendamento	(38.250)	(26.657)
Juros pagos nos parcelamentos fiscais	(1.367)	(201)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	67.142	85.258
Aumento (Redução) ao imobilizado	(73.717)	(87.944)
Aumento (Redução) ao intangível	(3.556)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	525
Investimentos	(8.679)	(295)
Titulos e valores mobiliários	-	9.716
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(85.952)	(77.998)
Adição em empréstimos e financiamentos	104.781	74.211
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debentures e passivos de arrendamento	(102.423)	(73.788)
Partes relacionadas	· -	4.863
Parcelamentos fiscais	440	(4.757)
Distribuição de dividendos	(13.368)	(53.618)
Juros sobre capital próprio	(14.302)	(13.219)
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	54.128	(66.308)
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	35.318	(59.048)
No infaire de acceptaire	04.070	00.001
No início do exercício	34.873	93.921
No fim do exercício	70.191	34.873
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	35.318	(59.048)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Supermercado Bahamas S.A.** ("Companhia") é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora – MG, subdividida em 79 (setenta e nove) pontos operacionais, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacadista em geral, com predominância de produtos alimentícios.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa. A Administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para manter seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de abril 2024.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para risco de perdas de crédito, inclusive as estimadas, provisão para desvalorização de estoques, impostos de renda diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas anualmente.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras dizem respeito a:

- Nota Explicativa nº 10 Valor realizável líquido dos estoques;
- Nota Explicativa nº 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros;
- Nota Explicativa nº 13 Arrendamentos;
- Nota Explicativa n° 22 Mensuração de provisões para riscos e outras provisões relacionadas aos negócios, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos.

b) Moeda Funcional e de apresentação

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

c) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais nestes instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro" (Nota Explicativa nº 28).

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido (Classificação como dívida ou patrimônio líquido)

Os instrumentos de dívidas e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem numerários em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superior ao valor de mercado.

e) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda, provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado".

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

As contas a receber vendidas são desreconhecidas quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

f) Estoques

Os estoques estão avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem de seu valor recuperável líquido.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n° 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos aumentam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do item do ativo imobilizado a eles incorporados, não superando seu valor recuperável e que possam ser medidos de forma confiável.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Entende-se como valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo do item do ativo imobilizado. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem.

h) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) — Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).

Os arrendatários são requeridos a reconhecerem separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia não aplica o CPC 06 aos seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo contratual seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Também não aplica a supracitada norma a arrendamentos baixo valor como equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

i) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente da transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações financeiras quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Imposto de renda e contribuição social

Tributos correntes

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

I) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

m) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- (i) Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente,
- (ii) Identificação das obrigações de desempenho contratadas,
- (iii) Determinação do preço da transação,
- (iv) Alocação do preço às obrigações de desempenho, e
- (v) Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

n) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

o) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2023	2022
Fundo fixo	16.556	9.090
Depósitos bancários	2.547	2.396
Aplicações financeiras	51.088	23.388
•	70.191	34.874

As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 em 99,5%).

6. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2023	2022
Banco Bradesco S.A.	4.409	-
Banco do Brasil S.A.	12.153	7.891
	16.562	7.891
Circulante	16.562	7.891
Administrador	Rentabilidade	
Banco Bradesco S.A.	11,13%	
Banco do Brasil S.A.	10,22%	

7. CARTÕES A RECEBER

a) Composição dos saldos por tipo de operação

Descrição	2023	2022
Cartão de Crédito	186.726	132.346
Cartão de Débito	14.534	10.822
Vale Alimentação e outros	32.617	25.944
Total	233.877	169.112

As operações com cartões são descontadas a uma taxa média de 1,30% por natureza de crédito, 0,61% de débito e 1,91% de vale refeição em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 os percentuais foram 1,24%, 0,94% e 2,000%, respectivamente).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Composição de saldos por relevância de operação

Operações de crédito

Operações de Crédito	2023	2022
Mastercard	95.696	65.570
Visa Créd.	64.037	47.201
Bahamas Cred	14.540	9.388
Outros	12.453	10.187
	186.726	132.346

Operações de débito

	2023	2022
Cielo S.A- Maestro Débito	6.265	4.628
Visa Débito	5.522	4.028
Cielo S.A- Elo Débito	2.747	2.166
	14.534	10.822

Operações com vale alimentação

	2023	2022
Cia Brasileira de Soluções - Alelo	8.512	7.258
Policard	5.732	4.550
Ticket Alimentação Eletrônico	6.079	4.633
Outros	12.294	9.503
	32.617	25.944

8. CONTAS A RECEBER

As contas a receber podem ser assim demonstradas:

Descrição	2023	2022
Clientes nacionais	34.780	32.861
	34.780	32.861

As verbas comerciais incluem acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	2023	2022
ICMS a recuperar	5.950	1.136
Outros créditos tributários COFINS a recuperar PIS a recuperar	2.729 - -	700 6.622 1.443
i lo a recuperar	8.679	9.901
Circulante Não circulante	8.679 -	1.836 8.065

10. ESTOQUES

Descrição	2023	2022
Mercadorias para Revenda	491.711	437.242
Mercadorias a Classificar	602	1.953
	492.313	439.195

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estoques dados em garantia pela Companhia.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

11. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Descrição	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	5.278	3.052
Adiantamento de Férias	1.660	1.522
Provisão para perdas adiantamentos	388	454
Empréstimos a Funcionários	3	2
	7.329	5.030

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2023	2022
Ativos diferidos		
IRPJ diferido	8.794	5.592
CSLL diferido	3.165	2.013
	11.959	7.605
Passivo diferidos		
IRPJ diferido	3.846	4.378
CSLL diferido	1.385	1.575
	5.231	5.953
	6.728	1.652

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro, em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A Companhia em 31 de dezembro de 2023, possui lucro fiscal, base positiva para imposto de renda e contribuição social, ou seja, não possui saldos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis e aeronaves, utilizados em suas atividades operacionais e a vigência dos contratos tem média equivalente a 120 meses. Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes para que possam refletir os seus valores de mercado.

As taxas utilizadas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, à taxa de 0,46% ao mês para imóveis e 0,48% ao mês para aeronaves.

Os principais impactos do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras são apresentados a seguir:

a) Efeitos no ativo

Descrição	Valores
Ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	464.221
Adições Amortização	85.473 (73.196)
Ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	476.498
Adições Baixas Amortização	998.426 (638.004) (64.645)
Ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2023	772.275

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Efeitos	no	passi	۷O
------------	----	-------	----

Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	472.731
Adições	85.473
Pagamentos	(100.446)
Juros apropriados	26.657
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	484.415
Adições	998.426
Baixas	(659.107)
Pagamentos	(87.990)
Juros apropriados	38.250
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023	773.994

14. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente nas operações relacionadas ao comércio atacadista e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

a) Apresentamos abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado líquido ocorrida em 2023, 2022 e 2021:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	305.632
Adições	84.545
Baixas	(1.826)
Depreciação	(49.839)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	338.512
Adições	73.718
Baixas	(2.487)
Depreciação e amortização	(57.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352.351

15. INTANGÍVEL

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.136
Adições	3.398
Amortização Impaiment	(2.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.511
Adições	3.556
Amortização	(2.726)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.341

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores constantes nesta rubrica se referem: contratos de capital de giro captados, leasings financeiros e FINAMEs, que podem ser assim representados:

16.1 Composição dos Empréstimos e Financiamentos

	Taxas %	Vencimento	2023	2022
Banco do Brasil	CDI +2,20% a.a.	20/12/2027	68.714	31.451
Banco Bradesco	CDI +0,17 ^{··} % a.a.	02/02/2032	71.766	15.540
Banco Itaú S/A.	IPCA+2,50% a.a.	15/05/2026	928	11.771
Banco Santander	CDI +1,83% a.a.	24/05/2027	78.755	99.584
Banco Safra	CDI +1,89% a.a.	15/01/2031	43.866	41.745
Banco Mercedes	-	-	-	427
Banco BDMG	IPCA+7,38% a.a.	15/12/2033	22.106	23.230
Banco Sicoob	CDI + 1,83% a.a.	01/12/2028	49.333	43.510
Consórcios	11,99% a.a.	30/12/2024	130	194
		-	335.598	267.452
Circulante			76.661	81.666
Não circulante			258.937	185.786

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Garantias:

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos diretores, hipotecas, notas promissórias e duplicatas mercantis.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16.2 Cronograma de Pagamentos

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2024	2025	2026 em diante
Banco do Brasil	18.730	10.008	39.976
Banco Bradesco	16.600	22.625	32.541
Banco Itaú S/A.	383	386	160
Banco Santander	19.864	38.476	20.414
Banco Safra	9.866	13.826	20.174
Banco BDMG	2.088	2.544	17.474
Banco Sicoob	9.000	9.000	31.333
Consórcios	130	-	-
Total	76.661	96.865	162.072

16.3 Movimentação de Empréstimos

	2023
Saldo em 1º de janeiro	267.452
Captações	104.761
Apropriação de juros	48.149
Pagamento de juros	(40.992)
Pagamento de principal	(43.772)
Saldo em 31 de dezembro	335.598

17. FORNECEDORES

	2023	2022
Mercadorias Nacionais	434.791	367.552
Mercadorias Internacionais	804	2.557
Serviços	250	321
-	435.845	370.430

(i) Os fornecedores internacionais são oriundos de mercadorias importadas, principalmente bebidas e especiarias. Os registros são realizados no momento da realização do documento de exportação autorizado pelo país de origem, na entrada da mercadoria no país, de acordo com a modalidade de transporte.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2023	2022	
COFINS recolher	4.042	3.685	
ICMS a Recolher	1.687	2.255	
IRRF serviços prestados	1.030	1.057	
Outros tributos	1.355	1.736	
	8.114	8.733	

19. PARCELAMENTOS FISCAIS

Os parcelamentos fiscais podem ser assim demonstrados:

	Taxas %	Vencimento	2023	2022
PIS	5,27% a.a.	30/01/2026	1.793	2.654
COFINS	5,27% a.a.	30/01/2026	7.797	11.540
INSS	4,00% a.a.	28/02/2025	179	333
ICMS	9,00% a.a.	29/05/2028	389	-
			10.158	14.527
Circulante Não circulante			4.845 5.313	4.757 9.770

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2024	2025	2026 em diante
COFINS	3.743	3.743	312
PIS	861	861	71
INSS	153	25	-
ICMS	88	89	212
Total	4.845	4.718	595

Movimentação de Parcelamentos	Total	
Saldo de Parcelamentos em 2022	14.527	
(+) Adições	440	
(+) Juros incorridos	1.367	
(-) Pagamento principal	(4.809)	
(-) Pagamento juros	(1.367)	
Saldo de Parcelamentos em 2023	10.158	

(I). Em 18 de janeiro de 2021, o processo 13136-720.030/2021-85 referente a insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS para os exercícios de 2016 a 2017, já provisionado, obteve sentença desfavorável a Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2023	2022
Prov. Férias	16.190	14.511
Salários	7.873	7.310
INSS recolher	5.928	5.303
Prov. INSS s/ férias	4.619	4.142
Prov. Prêmio	3.759	-
FGTS recolher	1.490	1.347
Prov. FGTS s/ férias	1.284	1.149
Outras	484	394
	41.627	34.156

21. DEBÊNTURES

Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures é o dia 30 de outubro de 2019.

Conversibilidade: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora.

Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fiduciária.

Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão no dia 30 de outubro de 2025 (**"Data de Vencimento"**), ressalvadas as Hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão;

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1 (mil reais), na Data de Emissão:

Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente;

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas das taxas médias diárias DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa 3,30% ao ano ("Remuneração").

As debentures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), que, em caso de descumprimento, podem resultar no vencimento antecipado das obrigações. Na data destas demonstrações financeiras, a Administração entende que atendeu aos requerimentos de todas as cláusulas restritivas.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

_	Taxas %	Vencimento	2023	2022
Debêntures	3,30% a.a	30/07/2025	82.008 82.008	127.101 127.101
Circulante Não circulante			48.173 33.835	48.172 78.929

Cronograma de Pagamentos

O cronograma de pagamento dos saldos de debêntures em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2024	2025
Debêntures	48.173	33.835
Total	48.173	33.835

Movimentação debêntures	Debêntures
Saldo de debêntures em 2022	127.101
(+) Adições	-
(+) Juros incorridos	13.476
(-) Pagamento principal	(45.113)
(-) Pagamento juros	(13.456)
Saldo de debêntures em 2023	82.008

22. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Provisões		Depósitos j	udiciais
	2023	2022	2023	2022
Processos cíveis Processos em consignação	2.205	1.719	505	1.891 144
Processos trabalhistas (i)	7.437	1.460	6.545	4.828
	9.642	3.179	7.050	6.863

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Entre os anos de 2010 e 2018, a Companhia realizou depósitos judiciais referente ao processo 0003842-17.2010.4.01.3801, com a Delegacia da Receita Federal, ao qual a Companhia ajuizava o questionamento da modificação da alíquota FAP/SAT, de acordo com o CNAE preponderante.

Até 31 de dezembro de 2023, não ocorreu o trânsito em julgado referente ao processo.

As principais causas de processos da qual a Companhia figura como uma das partes, estão descritos a seguir:

Trabalhistas

A Companhia é partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

Cíveis

A Companhia é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, seja eles materiais ou morais.

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. Em 31 de dezembro de 2023, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$2.455 (R\$1.978 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais.

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Descrição	2023	2022
Adiantamentos p/ futuro aumento de capital	79.000	-

Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital se referem a aporte realizados por acionistas na Companhia que irão, de acordo com o planejamento estratégico, aumentar seu capital.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social é de R\$100.000 e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	2023 em R\$	2022 em R\$
Ações Ordinárias	99.999.986	99.999.986
Ações Preferenciais	14	14
Total	100.000.000	100.000.000

b) Reserva legal

Em cumprimento as obrigações estatutárias, a reserva legal foi constituída ao percentual de 5% do lucro líquido quando apurado até o limite de 20% do Capital Social.

Descrição	2023	2022
Reserva Legal	16.422	14.028
Total	16.422	14.028

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia.

Para o exercício de 2023 os dividendos foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	47.875
Reserva legal (5%)	2.394
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	45.481
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11.370

A Administração da Companhia opta pela utilização dos benefícios fiscais relacionados com o pagamento de juros sobre o capital próprio. Assim sendo, como parte dos dividendos mínimos obrigatórios, a Administração, conforme, previsto no Estatuto, realizou pagamento de juros sob capital próprio no total de R\$14.302 (R\$13.219 em 2022).

Adicionalmente, a Companhia distribuiu a quantia de R\$13.368 (R\$53.618 em 2022) a título de dividendos.

d) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$14.302 (R\$13.219 em 2022).

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$4.863 (R\$3.823 em 2022), aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A principal receita da Companhia é a com revenda de mercadorias, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

	2023	2022
Revenda de Mercadoria	4.006.160	3.749.619
Prestação de Serviços	7.016	6.418
Receita bruta	4.013.176	3.756.037
(-) Deduções e abatimentos		
ICMS	(73.768)	(69.107)
PIS	(24.626)	(23.226)
COFINS	(113.585)	(107.172)
VENDAS CANCELADAS	(4.250)	(3.356)
OUTROS	(3)	(2)
(-) Tributos incidentes sobre serviços	(216.232)	(202.863)
Receita operacional líquida	3.796.944	3.553.174

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Descrição	2023	2022
Custo da Mercadoria Vendida	2.969.474	2.793.971
	2.969.474	2.793.971

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. DESPESAS OPERACIONAIS

A administração das despesas administrativas e gerais da Companhia é efetuada por meio dos seguintes segmentos:

	2022	
(353.182)	(314.053)	
(211.714)	(182.882)	
(70.393)	(75.378)	
(32.740)	(30.868)	
(9.375)	(8.331)	
35.638	2.837	
(641.766)	(608.675)	
	(353.182) (211.714) (70.393) (32.740) (9.375) 35.638	

27.1 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27.2 Despesas comerciais

As despesas comerciais compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Bahamas atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Bahamas são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Descrição	2023	2022
Despesas trabalhistas		
Remuneração	(273.928)	(241.001)
Encargos e provisões	(79.254)	(73.052)
	(353.182)	(314.053)
Despesas comerciais e operacionais		
Depreciações e Amortizações	(57.900)	(50.346)
Manutenção elétrica	(38.434)	(35.645)
Publicidade e marketing	(28.516)	(27.890)
Suprimentos e conservação	(22.053)	(19.287)
Transporte e logística	(30.179)	(24.465)
Aluguéis, condomínios comerciais	(6.180)	(4.039)
Manutenção e informática	(11.635)	(9.611)
Manutenção Civil	(8.151)	(6.757)
Manutenção eletromecânica	(7.011)	(3.260)
Outras	(1.655)	(1.582)
	(211.714)	(182.882)
Outras despesas operacionais		
Despesas de amortização IFRS16	(64.594)	(73.070)
Outras Despesas indedutíveis	(666)	(393)
Multas	(147)	(108)
Contribuições para riscos	(4.986)	(1.807)
	(70.393)	(75.378)
Despesas administrativas	(12.12)	()
Honorários serviços de terceiros	(16.188)	(15.424)
Indenizações judiciais	(2.808)	(2.532)
Despesas com viagens	(2.124)	(1.932)
Contribuições a associações de classe	(6.348)	(6.310)
Despesa com aeronave	(1.477)	(2.547)
Outras	(3.795)	(2.123)
	(32.740)	(30.868)
Decrease tributéries		
Despesas tributárias	(2.106)	(2.745)
IPTU ITBI	(3.106)	(2.745)
ICMS diferencial de alíquota	(3.077)	(1.474)
Outros tributos	(2.067)	(3.178)
Outros tributos	(1.125)	(934)
	(9.375)	(8.331)
Outras receitas operacionais		
Ganho baixa arrendamentos	21.581	_
Receita sobre a venda de imobilizado	6.868	525
Recuperação de despesas	2.760	1.865
Outras	4.429	447
	35.638	2.837
Total	(641.766)	(608.675)
		(00.010)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	751	2.613
Descontos obtidos	4.430	3.312
Renda aplicações financeiras	10.170	8.429
Outras receitas financeiras	96	-
Juros Ativos	60	35
Ganho Instrumentos Financeiros Swap	-	4.055
	15.507	18.444
Despesas financeiras		
Juros passivos s/ empréstimos e financiamentos	(64.871)	(43.014)
Juros passivos de arrendamento	(38.250)	(26.655)
Taxa administradoras de cartões	(23.817)	(22.831)
Taxa administrativa c/ticket	(10.144)	(7.038)
Variação cambial passiva	(949)	(8.575)
Outras despesas	(5.558)	(4.990)
	(143.589)	(113.103)
Total Resultado financeiro líquido	(128.082)	(94.659)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia vem provisionando as parcelas para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência.

A composição da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda	57.623	55.869
(+) Adições	112.154	101.073
(-) Exclusões	(111.803)	(99.708)
(-) Juros sob capital próprio	(14.302)	(13.219)
Base de cálculo imposto de renda	43.672	44.015
Imposto de renda	6.551	6.602
Adicional imposto de renda	4.344	4.378
Total imposto de renda	10.895	10.980
Alíquota efetiva imposto de renda	19%	20%
Lucro antes da contribuição social	57.623	55.869
(+) Adições	112.154	101.073
(-) Exclusões	(111.803)	(99.708)
(-) Juros sob capital próprio	(14.302)	(13.219)
Base de cálculo contribuição social	43.672	44.015
Contribuição social	3.930	3.961
Total contribuição social	3.930	3.961
Total imposto de renda e contribuição social correntes	14.825	14.941
Imposto de renda e contribuição social diferida		
Leasing aquisição de aeronave	2.054	(7.965)
Arrendamentos CPC06	12.806	6.248
Base de cálculo imposto de renda diferido	14.860	(1.717)
Imposto de renda diferido	2.229	(258)
Adicional imposto de renda diferido	1.510	(148)
Total imposto de renda diferido	3.739	(405)
Base de cálculo contribuição social diferida	14.860	(1.717)
Contribuição social diferida	1.337	(155)
Total imposto de renda diferido	1.337	(155)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	5.076	(560)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a. Risco de Taxa de Juros e Atualização Monetária

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber.

Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros préfixadas.

b. Risco de Crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para gerir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes.

c. Risco de Mercado

I) Risco da Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures).

II) Gerenciamento de Risco da Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5);
- Cartões a receber (nota explicativa nº 7);
- Contas a receber diversos (nota explicativa nº 8);
- Passivos de arrendamentos (nota explicativa nº 13);
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16);
- Fornecedores (nota explicativa nº 17);
- Operações com debêntures (nota explicativa nº 21)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

II) Gerenciamento de Risco da Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5);
- Cartões a receber (nota explicativa nº 7);
- Contas a receber diversos (nota explicativa nº 8);
- Passivos de arrendamentos (nota explicativa nº 13);
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16);
- Fornecedores (nota explicativa nº 17);
- Operações com debêntures (nota explicativa nº 21)

Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência.

III) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na **Nota Explicativa nº 16**.

31. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas as partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Despesas com aluguéis	31/12/2023	31/12/2022
JCMC Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	518	391
D´ Lopes Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	678	543

As transações com partes relacionadas decorrem-se de:

(i) Despesas com aluguéis (Passivo de arrendamento) de imóveis (lojas);

* * * * * * * * * * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Jovino Campos Reis

Diretor Comercial

Paulo Roberto Lopes

Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Cézar de Aquino Lima

Diretor de Patrimônio e Contabilidade CRC-MG 074.557/O